

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.530.813 - SP (2019/0183590-5)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
AGRAVANTE : RM2C HOLDING LTDA
ADVOGADOS : RICARDO PEREIRA PORTUGAL GOUVEA - SP016235
WILLIAM MOREIRA FILGUEIRAS E OUTRO(S) - SP199134
AGRAVADO : R R N
ADVOGADOS : FERNANDO BOTELHO PENTEADO DE CASTRO - SP138343
TATIANA DRATOVSKY SISTER - SP236220
GUILHERME LUVIZOTTO CARVALHO - SP296787
INTERES. : MAQUINA DE VENDAS BRASIL PARTICIPACOES S.A
INTERES. : ESCA PARTICIPACOES LTDA
INTERES. : CENTRO NORTE PARTICIPACOES S/A
INTERES. : UNIN PARTICIPACOES SA
INTERES. : MAQUINA DE VENDAS BRASIL HOLDING S.A
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por RM2C HOLDING LTDA. contra decisão que inadmitiu recurso especial. O apelo extremo, fundamentado no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, insurgiu-se contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo assim ementado:

"Agravo de instrumento – Medida cautelar preparatória de procedimento arbitral com pedido de tutela de urgência – Deferimento de tutela de urgência para que os réus se abstenham de deliberar sobre assuntos que importem onerar, caucionar, penhorar, oferecer em garantia nem de qualquer outra forma gravar ações, a qualquer título – Fatos retratados no processado que revelam que a autora não demonstrou a presença do periculum in mora e da verossimilhança do direito alegado relativamente à subsistência do Acordo de Acionistas que veda a oneração das ações, mesmo porque a questão (repactuação da dívida da Companhia) há tempo vem sendo discutida entre as partes, além do que, suas ações não foram e não serão oneradas e a repactuação da dívida terá a garantia pessoal do acionista majoritário – Hipótese em que, ademais, a questão de fundo relativa à vigência ou não do Acordo de Acionistas, ou mesmo de nulidade de atos societários praticados em confronto com os termos ajustados naquele, será deliberada pelo Juízo Arbitral (cláusula compromissória) – Instauração da Arbitragem notificada no processado após a concessão da tutela recursal – Tutela recursal deferida – Decisão recorrida reformada - Prejudicado o agravo interno - Recurso provido" (fl. 747 e-STJ).

Nas razões do recurso especial, o recorrente alega, além de divergência jurisprudencial, a violação dos arts. 300 do Código de Processo Civil de 2015 e 22 da Lei nº 9.307/1996. Defende que *"o resultado útil da arbitragem será prejudicado caso a reestruturação seja implementada, daí a necessidade e a urgência da restauração da tutela de urgência concedida, o que ora se requer expressamente. E isso o acórdão recorrido não*

Superior Tribunal de Justiça

vislumbrou proteger" (fl. 784 e-STJ).

Após a apresentação das contrarrazões (fls. 791/802, e-STJ), o recurso foi inadmitido na origem.

É o relatório.

DECIDO.

Ultrapassados os requisitos de admissibilidade do agravo, passa-se ao exame do recurso especial.

O acórdão impugnado pelo recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

A irresignação não merece prosperar.

Verifica-se a deficiência de fundamentação recursal, pois as suas razões estão dissociadas dos fundamentos do julgado atacado, aplicando-se, por analogia, o óbice previsto na Súmula nº 284 do Supremo Tribunal Federal.

A propósito:

"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO ORDINÁRIA. INDENIZAÇÃO. RAZÕES DISSOCIADAS. SÚMULA Nº 284/STF. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA Nº 7/STJ.

1. Estando as razões do recurso dissociadas do que decidido no acórdão recorrido, é inadmissível o inconformismo por deficiência na sua fundamentação. Aplicação da Súmula nº 284 do Supremo Tribunal Federal.

2. (...)

3. Agravo regimental não provido" (AgRg no AREsp 609.654/RJ, Rel. MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 1º/9/2015, DJe 8/9/2015- grifou-se).

Ante o exposto, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Deixo de majorar os honorários advocatícios, conforme determina o artigo 85, § 11, do CPC/2015, haja vista que estes não foram arbitrados na origem.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de outubro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Relator